

Editorial

Cristina de Campos*

Em seu novo número, a revista **arq.urb** oferece ao seu público trabalhos acadêmicos o resultado de pesquisas realizadas em diferentes universidades brasileiras que versam sobre temas relevantes não somente para a área de Arquitetura e Urbanismo, mas para outros campos de interesse das Ciências Sociais Aplicadas. Neste número, os artigos selecionados contribuem com discussões em temas como patrimônio, mobilidade nas cidades brasileiras, uso da tecnologia para a gestão e planejamento urbanos, usos de espaços públicos e, a não menos importante, reflexão sobre o legado arquitetônico de experiências ocorridas no final do século XX. Como o leitor pode perceber, o mosaico composto pelo volume reúne análises instigantes que se fazem presentes em nosso cotidiano.

A abertura do número atual coube ao trabalho das pesquisadoras Sonia Rohling Soares e Alina Gonçalves Santiago, do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina

– PósARQ/UFSC com o artigo **Mirante do Morro da Cruz, Florianópolis/SC: Relações Fundamentais Com Os Visitantes**, sobre este marco da paisagem da cidade de Florianópolis, em Santa Catarina. Reconhecido como patrimônio natural da cidade, as autoras colocam como questão o entendimento das necessidades e preferências dos visitantes do Morro da Cruz visando contribuir para a sua valorização enquanto patrimônio. As autoras fizeram uso de autores e conceitos para estabelecer diálogos com temas caros para se pensar a problemática do patrimônio natural, como o desenvolvimento sustentável. Outra questão debatida pelas autoras diz respeito à difícil e necessária tarefa de envolvimento dos diversos atores sociais na gestão do patrimônio, especialmente dos habitantes da área.

Do patrimônio natural parte-se para um dos problemas mais complexos da sociedade brasileira, o déficit habitacional para a população de baixa renda. O artigo de Cintia Maria Velloso, possui graduação em Engenharia Civil pela

*Doutora em Arquitetura e Urbanismo (USP), Professora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu e Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas.

Universidade de Mogi das Cruzes (1998), é mestranda do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo), **PMCMV – Faixa 1: O que motiva as famílias a deixarem sua tão sonhada casa própria?** analisa o programa de produção de habitação em larga escala conhecido como Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), aberto pelo governo federal em 2009. Política criada para diminuir o déficit habitacional, especialmente para as populações mais vulneráveis, o programa é alvo de questionamentos e dúvidas. Em seu estudo de caso sobre os condomínios verticais realizados pelo programa no município de São José dos Campos, a autora quer identificar a causa dos altos índices de insucesso do programa, que tem como consequência o abandono, a venda ou a locação do imóvel por parte de seus proprietários. A pesquisa identifica, assim, um conjunto de problemas que impedem que o programa venha a ser, de fato, uma política democrática que consolide a participação popular nas políticas de planejamento urbano.

Wellington Luiz de Azevedo, Flavia Nico Vasconcelos e Giovanilton André Carreta Ferreira, pesquisadores do Mestrado em Arquitetura e Cidade pela Universidade Vila Velha – ES, trazem para debate o tema da mobilidade urbana no artigo **Políticas de Mobilidade Urbana: Identificação de Critérios de Avaliação das Políticas e Ações de Ciclomobilidade**. O tema está presente nas discussões envolvendo a sociedade civil e as autoridades públicas sobre o uso dos transportes alternativos como solução

para as cidades. Os autores indicam que existe uma lacuna nos critérios de avaliação das políticas e ações envolvendo a mobilidade ciclovária nos municípios brasileiros. Com apurado estudo de documentos produzidos sobre o uso de bicicletas nas cidades, como o Caderno Bicicleta Brasil, os autores arrolaram os critérios mais relevantes citados pelas fontes e elaboraram uma proposta de avaliação, que poderá ser empregada nas políticas e ações de mobilidade ciclovária.

Também propondo um debate sobre o espaço público, as autoras Maria de Lourdes Carneiro da Cunha Nóbrega e Isabella Leite Trindade, pesquisadoras da Universidade Federal de Pernambuco, no artigo **Em busca do bom lugar**, fazem uma discussão que enfoca usos e funções desses espaços na cidade contemporânea, a partir das experiências de projetos de parklets nas cidades de Recife e Toronto. As autoras, ancoradas em sólida bibliografia, compreendem as diferenças sociais, econômicas e culturais entre as duas cidades, que reverberam em suas formas distintas de vivência do espaço público como ponto de partida para sua análise. No texto, indicam a necessidade de pensar a rua não mais como espaço de passagem, do carro, da circulação viária, como preconizaram os teóricos da arquitetura e do urbanismo modernos, mas como espaço de permanência, de fruição em sintonia com os anseios das populações urbanas que buscam espaços mais inclusivos, a começar pela própria rua.

O artigo seguinte, **4th Industrial Revolution in Brazil: Architecture, Engineering and Civil Construction** de autoria de Elza Luli Miyasaka (Docente no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Viçosa – MG (DAU-UFV), Márcio Minto Fabricio (Docente em Arquitetura, Urbanismo e Tecnologia pela Escola de Engenharia São Carlos - USP) e Ingrid Paoletti (Professor Associado de Tecnologia da Construção em Arquitetura, no Departamento de Construção e Meio Ambiente (ABC) da Universidade Politécnica de Milão – Itália), traz uma reflexão sobre como a Indústria 4.0 está sendo absorvida pelo setor da construção civil. O termo Indústria 4.0 foi forjado na Alemanha em 2011 e envolve o uso de tecnologias como Internet das Coisas (IoT), Robótica, Inteligência Artificial, Computação em Nuvem que automatizam os processos internos de uma empresa e os externos também, como a cadeia produtiva e a cadeia de distribuição. O tema não é exclusivo do mundo corporativo, sendo amplamente discutido no meio acadêmico, além de ser incorporado pela indústria e outros setores. A construção civil também começa a incorporar alguns elementos, que são averiguados pelos autores através de pesquisa em periódicos nacionais da área de Arquitetura, Engenharia e Construção Civil. Os dados recolhidos indicam que temas caros à Indústria 4.0 começam a despontar, mas ainda são escassos, destacando a importância de políticas públicas para que estas práticas sejam mais absorvidas pela construção civil.

O tema da mobilidade dentro das principais capitais brasileiras é novamente trazido neste número, com o artigo de Marcia de Andrade Pereira Bernardinis (Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano da Universidade Federal do Paraná) e Luziane Machado Pavelski (Mestranda do Programa de Planejamento Urbano - Universidade Federal do Paraná), **Retrato da capacidade de pagamento por parte do usuário de transporte público nas capitais brasileiras**. A intenção das autoras é identificar a capacidade de pagamento dos usuários de transporte público nas capitais brasileiras, compondo assim um quadro que aponta o alarmante dado: 33% das cidades apresentam valores expressivos de gastos com o transporte, comprometendo parte significativa da remuneração de sua população. O estudo mostra também a preocupante situação do cidadão, especialmente das classes com menos rendimentos, cuja mobilidade é cada vez mais reduzida, apontando também a importância de políticas públicas para garantirem o acesso ao transporte público.

O tema do patrimônio novamente é contemplado, desta vez com a contribuição de Mariana Busson Machado (Mestre em Arquitetura e Urbanismo - Universidade São Judas Tadeu) e Silva e Andréa de Oliveira Tourinho (Professora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu), com o artigo **Lugares de memória difícil em São Paulo: reconhecimento de valor nas políticas**

de preservação do patrimônio cultural. As autoras discutem como as memórias difíceis são percebidas e trabalhadas no campo da preservação do patrimônio cultural, tomando como exemplo o caso dos tombamentos realizados na cidade de São Paulo. O tema, que ganha visibilidade durante a década de 1980, é abordado a partir de como estas memórias são tratadas, especialmente aquelas ligadas ao período da ditadura civil-militar (1964-1985). Tomando como estudo os lugares de memória difícil relacionados à ditadura tombados na cidade de São Paulo, estudados a partir de três tombamentos, as autoras percebem que muito ainda há de ser feito para que se possa dar o devido reconhecimento dos lugares e seu papel na memória e história do país.

O penúltimo artigo, de autoria de Tiago Rocha Lopes (Arquiteto e Urbanista pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, trabalha na Prefeitura Municipal de Curitiba), **Modelagem de Informação da Cidade (CIM) e suas potencialidades para gestão da manutenção urbana de Curitiba**, analisa como a tecnologia de Modelagem de Informação da Cidade (CIM) pode ser empregada para o planejamento e gestão das cidades. Lopes analisa a ferramenta, verificando suas contribuições a partir de seu uso realizado pela cidade de Curitiba. O CIM é uma tecnologia de modelagem 3D paramétrica que, por meio de um agrupamento de dados, permite ao usuário realizar simulações e mapeamentos. São ferramentas que são requisitadas por permitir tornarem os serviços urbanos mais eficientes.

Uma discussão que interessa especialmente pelo grande interesse que a temática das cidades inteligentes vem ganhando nos últimos anos.

E, por último, o artigo **A utopia popular materializada nos Acampamentos Escolares da Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler (Djalma Maranhão, Natal-RN, 1961)**, de Maria Helena Paiva da Costa (Mestre em Arquitetura e Urbanismo - Universidade São Judas Tadeu) e Ana Paula Koury (Professora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu) trata de uma experiência realizada na região nordeste para erradicar o analfabetismo, durante a década de 1960. A Campanha de “Pé no Chão Também se Aprende a Ler” gerou uma arquitetura escolar baseada em técnicas construtivas populares, fugindo dos padrões até então utilizados programas de arquitetura escolar. Outro mérito da pesquisa, além da recuperação desta importante e significativa experiência, são as fontes - praticamente pouco exploradas até então - sobre estes acampamentos escolares. Uma iniciativa simples, no entanto, com grandes resultados.

Talvez uma questão que perpassasse todo este número da **arq.urb**, comum a todos os artigos aqui publicados, seja a importância das políticas públicas no fomento de relações mais igualitárias e de reforço das forças democráticas em nossa sociedade. Esperamos que os leitores tenham uma excelente leitura! ■